

EUCLYDES MELLO, DE LICENÇA.

Primo do presidente Collor abre mão da imunidade para processar jornalista

Mello, Euclydes

O deputado federal e primo do presidente Fernando Collor, Euclydes Mello (PRN-SP), encaminhou ontem à Mesa da Câmara um pedido de licença de 30 dias, abrindo mão da imunidade parlamentar até que sejam apuradas as denúncias de corrupção contra ele, divulgadas pelo jornalista José Neves, do "Jornal de Prudente", da cidade de Presidente Prudente. Segundo as denúncias, Euclydes Mello teria recebido propina para liberar recursos do FGTS destinados à construção de casas populares no Interior do Estado. Em discurso feito da tribuna, o parlamentar afirmou que nunca se envolveu em "maracutaías", não tem conta bancária no exterior e tem a consciência limpa como suas próprias mãos.

O parlamentar estava irritado ontem no plenário. Com o discurso nas mãos, disse que já contratou o advogado Hélio Martinez, de Presidente Prudente, para processar o jornal e o jornalista. Prometeu mudar-se para a cidade pelos próximos 30 dias para acompanhar, pessoalmente, todo o processo judicial. "Não vou sossegar enquanto não colocar esse sujeito na cadeia", afirmou Mello. Segundo ele, o presidente do seu partido, Leopoldo Collor, e o secretário-geral da Presidência da República, Marcos Coimbra, tentaram

convencê-lo a desistir da licença, limitando-se a responder da tribuna às acusações: "Eu não sou homem de ficar calado quando a minha honra está em jogo", disse Mello, acrescentando que Leopoldo e Coimbra acabaram compreendendo e aprovando sua decisão.

"Como eu tenho as mãos limpas, como não devo nada, como não sou corrupto, não devo e nem quero deixar passar em brancas nuvens a primeira acusação que me fazem ao longo de toda a minha vida pública", afirmou o deputado, que é ligado politicamente ao grupo de Leopoldo Collor, em baixa no governo desde a mini-reforma no ministério realizada em janeiro quando foi demitida a ministra da Ação Social,



Arquivo/AE

Euclydes: imunidade.

Margarida Procópio. Com a queda de Margarida, o presidente Collor determinou ao novo ministro, Ricardo Fiúza, que realizasse uma ampla "limpeza" no órgão. As primeiras vítimas foram os dois homens do PRN no governo: o secretário de Saneamento, Walter Anicchinno, e o de Habitação, Armon Arnus.

Mello não negou que conseguiu liberar recursos do FGTS para a construção de casas populares no Interior do Estado, afirmando que essa é uma das funções de um parlamentar.